

Concepção  
Anarquista do  
Sindicalismo

**Neno Vasco**

Estudo Introdutório de  
JOÃO FREIRE

NENO VASCO

INTRODUÇÃO

# CONCEPÇÃO ANARQUISTA DO SINDICALISMO

Estudo introdutório de  
João Freire

CIRCULO DE ESTUDOS  
NENO VASCO

EDIÇÕES AFRONTAMENTO  
1984

## INTRODUÇÃO

*O presente livro foi editado pela primeira vez em Lisboa, em 1923, pela Editorial do A. Realista<sup>1</sup>.*

*Desconhecendo-se o original, a consideração de sua importância de texto de fundamentação se em certos aspectos não se trata, no reconhecimento de que se trata de uma das poucas obras modernas de fôlego produzidas por dramaturgos portugueses<sup>2</sup>. Em seguida, no impacto directo ou nas consequências a esse texto, importa que o sua aplicação possa ter sido no meio social português e em particular no movimento operário. Talso provavelmente das como esta introdução, situando a obra e o autor no contexto de seu tempo.*

*Convém também desde já assinalar as circunstâncias concretas em que a obra foi produzida, sob certo dramatismo pessoal que envolveu o seu autor e partes muito próximas. Com efeito, Nuno Vazco — que é o pseudónimo de Gregório Maximiliano Moreira de Oliveira Paes Pereira — faleceu em 13 de Dezembro de 1920, deixando a obra inacabada. Mas sobrevivendo, ele terá sido escrito em condições psicológicas muito particulares devido à prolongada tuberculose que durante três anos molhou o seu corpo, morrendo por último em 23 de Janeiro de 1926. Segundo o seu amigo, biógrafo e finalmente crítico, Adriano Buziña, «Nuno Vazco sofreu três tormentas mortais, que, quando após o seu falecimento foi compadecido, com o auxílio de forças, o médico de assistência, encontrou-o já irreversivelmente perdido, a saber*

## INTRODUÇÃO

---

Título: *Condição Analfabeta do Sudoeste*

Autor: *Nélio Vasco*

Estado actualizado: *Julho 1976*

Editor: *Edições Afrontamento / R. Costa Cabral, 879 / 4000 Porto*

Colecção: *Movimento Cultural Português / 10*

N.º de edição: *214*

Fotocomposição: *Luiz Marques, Lda*

Impressão: *Edição da Ad. Bello, Lda*

---



*O presente livro foi editado pela primeira vez em Lisboa, em 1923, pela Editorial d'A Batalha<sup>(1)</sup>.*

*Desconhecendo-se a tiragem, a consideração da sua importância tem de fundamentar-se em outros factores: antes de mais, no reconhecimento de que se trata de uma das poucas obras teóricas de fôlego produzida por anarquistas portugueses<sup>(2)</sup>. Em seguida, no impacto directo ou nas consequências a mais longo prazo que a sua aparição possa ter tido no meio social português e em particular no movimento operário. Disso procuraremos dar conta nesta introdução, situando a obra e o autor no contexto do seu tempo.*

*Convém também desde já assinalar as circunstâncias concretas em que o livro foi produzido, até pelo dramatismo pessoal que envolveu o seu autor e outros entes próximos. Com efeito, Neno Vasco — que é o pseudónimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos — faleceu em 15 de Setembro de 1920, deixando a obra inacabada. Mas sobretudo, ela terá sido escrita em condições psicológicas muito particulares devido à prolongada tuberculose que durante três anos molestou a sua companheira, acabando por vitimá-la em 22 de Janeiro de 1920. Segundo o seu íntimo, biógrafo e finalmente cunhado, Adriano Botelho, «Neno Vasco sofreu tais torturas morais, que, quando após o seu falecimento [da companheira], caiu exausto de forças, o médico, ao auscultá-lo, encontrou-o já irremediavelmente perdido, atacado*

igualmente pela terrível tuberculose»<sup>(3)</sup>. Ora, segundo Botelho, terá sido entre Janeiro e Setembro de 1920 que Neno Vasco preparou o seu livro «nos intervalos em que a febre menos o atormentava». Dizemos preparou na medida em que, como justificaremos adiante, o livro recupera grande parte de materiais já publicados anteriormente e não é, de facto, um texto inteiramente novo, escrito de raiz.

É no jornal A Batalha de 25 de Abril de 1920, em primeira página, que aparece a primeira referência pública à edição de Concepção Anarquista do Sindicalismo, anunciado para sair em breve. Pelos detalhes que no artigo se dão sobre o conteúdo e estrutura do livro, é de crer que ele estivesse já então bastante adiantado. Por outro lado, a folha de rosto da edição original contém a data de 1920, enquanto no exterior, na capa, figura a de 1923, que foi de facto a do seu aparecimento. Esta discrepância pode causar alguma confusão (nomeadamente se 1923 teria sido a data de uma segunda edição), mas mostra, de facto, que pelo menos uma parte do livro estava já composta desde 1920 e que terão sido outras razões, que não o falecimento do autor, a motivar um atraso de cerca de três anos na sua divulgação.

Embora não acabado (ou sem a continuação de um previsto 2.º tomo), e sobretudo sem uma conclusão, o texto Concepção Anarquista do Sindicalismo inclui o suficiente e o essencial das ideias de Neno Vasco sobre o assunto. De facto, como o leitor terá ocasião de constatar ao longo das páginas desta reedição, a arquitectura do texto inclui as principais questões levantadas pelo sindicalismo, como movimento, e pelo anarquismo, como ideologia, bem como as relações entre ambos, e ainda alguns destes problemas colocados, não já nas condições da sociedade capitalista, mas no processo de transformação social acelerada que então se designava communmente por revolução social.

Porém, é inevitável que a concisão do título seja de molde a levantar dúvidas de imediato. Existe uma concepção anarquista do sindicalismo? É evidente que, antes de mais, Neno Vasco expõe neste livro a sua concepção anarquista do sindicalismo. Para ele,



como anarquista, como certamente para qualquer anarquista da época, tal concepção nunca poderia ser aceite como um dogma ou, sejamos mais justos, como um elemento-base dos princípios ideológicos do anarquismo, como um elemento de doutrina anarquista. Por um lado, por grande que fosse o número dos anarquistas que se reconhecessem nesta maneira de encarar o movimento sindical, houve sempre posições diversas desta, tanto em Portugal como no estrangeiro, e isto ainda que nos reportemos a um arco de tempo limitado, que vai do pós-guerra de 1914 até à consolidação do regime socialista na Rússia, ou — para nos referirmos a Portugal — que cobre, no essencial, o período da nossa república parlamentar.

Mas, por outro lado ainda, a latitude contida no título deve ser restringida, se referirmos que, independentemente do número dos seus adeptos, a questão do sindicalismo, isto é, da organização e acção operárias, tem um estatuto de «questão táctica», tanto para os anarquistas históricos (os pais fundadores e divulgadores do anarquismo, do tipo de um Bakunine, Kropotkine, Reclus, Malatesta ou Grave), como para os inúmeros militantes e propagandistas da «causa».

Querirá então dizer que se trata de uma questão menor? De forma alguma. Mais do que a designação coeva de «táctica», o sindicalismo constitui uma verdadeira escolha estratégica, cuja importância para o projecto de transformação social perseguido parece desnecessário realçar. Por um lado, porque são decisões de longo prazo, que se não modificam rapidamente; por outro, pelas dimensões sociais incomparáveis de um tal movimento; e finalmente pelas implicações que, só por si, ele coloca no processo transformador. Basta ver que, historicamente, cada vez que os anarquistas deixaram de privilegiar o movimento operário, igualmente a perspectiva concreta de revolução social se esbateu em favor de outras alternativas. O terrorismo que seguiu o esboroar da experiência da Primeira Internacional, o anti-fascismo resistente desde a guerra de Espanha e o libertalismo multipolar e multimodo dos nossos dias, podem fundamentar esta nossa ideia.

*Digamos que, numa primeira aproximação, a concepção expressa por Neno Vasco formaliza e teoriza as práticas dominantes na época, pois que ela se situa cronologicamente nas vizinhanças do apogeu da fase expansiva do sindicalismo de influência anarquista. De facto, desde os anos 90 em França, e, pouco depois, em Itália, Espanha, Portugal, Suécia, Estados Unidos, Argentina e em quase todos os países em vias de industrialização, ganham sucesso os métodos (se não mesmo as organizações) sindicalistas revolucionários. Pelo contrário, o terrorismo como método de acção política perdeu nitidamente terreno e, se não desapareceu totalmente, foi pelo menos extirpado da suas componentes mais virulentemente individualistas, niilistas e anti-organizadoras e racionalizado e recuperado para a acção colectiva numa perspectiva de iminência revolucionária. Por outro lado, as lições da revolução russa ainda levarão uns anos a serem tiradas e, de qualquer modo, elas permitiram manter, até à derrota pelo fascismo em Espanha, a mesma estratégia fundamental, assente na capacidade transformadora de um sindicalismo de aspirações emancipadoras.*

*Mas tratando-se de uma questão estratégica, decisiva e do período histórico da sua maior expressão, não deve seguir-se a conclusão apressada de uma completa identidade de vistas entre todos os anarquistas que são favoráveis à acção sindical e nela vêem um terreno importante de intervenção. Antecipando alguns desenvolvimentos e exemplificações que vêm adiante, podemos desde já dizer que a concepção exposta por Neno Vasco interpreta e reproduz fielmente as posições do conhecido militante italiano Errico Malatesta. E podemos também assinalar imediatamente duas coisas: em primeiro lugar, embora Malatesta seja um anarquista de projecção internacional e uma das suas figuras cimeiras, um daqueles personagens que assegurou a transição da Primeira Internacional para o século XX e a época das revoluções, a verdade é que Malatesta só tardiamente começa a ser conhecido em Portugal. Referimo-nos evidentemente à sua obra escrita, aos seus opúsculos divulgadores e aos seus artigos prolixos que se espriam pela imprensa anarquista e operária de tantos países. Se o compararmos a Kropotkine, a Jean Grave, a Elisée Réclus, por exemplo, é esmagadora a quanti-*



dade de livros e brochuras destes últimos editados até 1910, comparados ao italiano<sup>(4)</sup>.

Em segundo lugar, podemos fazer mesmo a hipótese seguinte: se Neno Vasco foi de facto um malatestiano convicto, na questão sindical como provavelmente em todas as outras de doutrina ou de tática, então será legítimo supor que terá sido sobretudo por sua influência que os escritos e as posições de Malatesta começaram a ser divulgados entre nós e que isto acontece, sobretudo, a partir do momento em que Neno Vasco regressa da sua estada de uma década no Brasil e se fixa definitivamente em Portugal, em Abril de 1911.

E prossequindo no desenvolvimento da mesma hipótese, compreender-se-á também que os dois principais órgãos de imprensa por onde se faz essa divulgação sejam justamente aqueles onde Neno participa mais assiduamente: o jornal A Aurora, do Porto, e a revista A Sementeira, de Lisboa<sup>(5)</sup>. Embora não tenhamos podido ainda fazer um levantamento exaustivo daqueles escritos, a pesquisa que fizemos foi suficiente para comprovar esta última parte da hipótese.

Vejamus um exemplo apenas. Em 1910, a Biblioteca de Estudos Sociais, de Lisboa, publica uma segunda edição do folheto de Malatesta Entre Camponeses, com a indicação de ter sido traduzido por Neno Vasco. Este, ainda no Brasil, nega e protesta de seguida nas páginas d'A Sementeira, demarcando-se das deficiências da tradução, que deturpariam o pensamento do autor. A culpa viria da tradução francesa que lhe servira de base e seria explicada pela vontade de silenciar as diferenças com a linha sindicalizante então predominando na França. Isto prova que, mesmo à distância, Neno Vasco está atento ao que por cá se passa e aponta a dedo as deficiências dos poucos textos de Malatesta até então divulgados em Portugal.

Com efeito, sabemos que Neno dominava perfeitamente o idioma italiano e mantinha mesmo correspondência com Malatesta, então a viver exilado em Inglaterra. Mais dificultado enquanto permaneceu no Brasil, após a sua vinda este contacto vai permitir uma irrigação mais abundante da imprensa libertária portuguesa

com prosa do revolucionário italiano. Outras vezes é a publicação de artigos já mais antigos, tirados de L'Agitazione ou L'Associazione, cujas colecções teriam provavelmente viajado desde o Brasil, na sua mala de porão. Uma coisa é certa: é sobretudo depois de 1910 e pela via d'A Aurora e d'A Sementeira que se faz a principal divulgação do pensamento de Malatesta em Portugal, e Neno Vasco é o verdadeiro motor dessa propaganda.

Finalmente — e retomando o fio do discurso — é preciso dizer que as ideias expressas por Neno Vasco na Concepção Anarquista do Sindicalismo já vêm de longe e se mantiveram praticamente imutáveis nele, pelo menos durante uma dezena de anos. Não nos foi possível investigar o percurso ideológico que ele terá feito no Brasil, entre 1902 e 1911, onde dirigiu vários jornais libertários. Adriano Botelho apenas nos diz que foi lá que perdeu algumas «ideias falsas que sobre o anarquismo trouxera de Coimbra e integrando-se no espírito revolucionário de Malatesta (...) principiou a descrever da teoria harmonista de Kropotkine, importada de França». Mas este afastamento das posições do príncipe anarquista tem mais a ver (e sobretudo teve reflexos verdadeiramente importantes) com a questão da guerra e da revolução, a qual não nos interessa aqui particularmente.

De facto, peguemos na sua série de artigos escritos em 1913 n'A Aurora sob o título de «Sindicalismo e Anarquismo»; peguemos, por exemplo, no seu texto «Sindicalismo Revolucionário» escrito para o Almanaque d'A Aurora para 1913; ou ainda na tese, por si redigida, apresentada pelo Grupo Brochura Social à Conferência Anarquista da Região do Sul realizada em Lisboa em Junho de 1914. Em todos estes textos, feitos com visível ponderação e cuidado, se encontram já os argumentos, a linha de raciocínio inalterável que guiará a Concepção Anarquista do Sindicalismo em 1919/20<sup>(6)</sup>.

E quando pontualmente, ao acaso dos acontecimentos e discussões, Neno Vasco escreve sobre sindicalismo, sobre acção operária ou as tarefas dos anarquistas — o que acontece muitíssimas vezes ao longo da década — difícil será encontrar contradições internas nos seus escritos. Difícil será também descortinar posições distin-



*tas das de Malatesta, embora para tal possa contribuir o facto de, tanto um como outro, terem habitualmente uma forma de intervenção escrita caracteristicamente doutrinária, ou seja: em cada momento, problema ou situação concreta, procuram o posicionamento que lhes parece mais coerente com os princípios ideológicos do anarquismo e com as perspectivas estratégicas almejadas. Daqui resulta, por vezes, uma rigidez intelectual que pode dificultar a compreensão de novas situações e, sobretudo, que nem sempre é capaz de responder às exigências práticas da acção política. Mas parece-nos ser também um tipo de atitude, quiçá mais ética do que política, muito característica do militantismo anarquista.*

*O livro de Neno Vasco é suficientemente claro e bem redigido para que necessite de mais explicações a ajudar à sua compreensão. Contudo, valerá a pena pôr em evidência, de maneira muito sintetizada, alguns dos pontos fundamentais da sua demonstração.*

*É sintomático que o livro se inicie por uma rápida apresentação da teoria anarquista, e que esta seja precisamente a do anarquismo comunista. Isto quer logo dizer que é neste quadro teórico — gizado e desenvolvido por figuras históricas como Kropotkine ou Malatesta — que serão analisados os problemas do operariado e do sindicalismo. Mas quer dizer igualmente que não são considerados, a não ser em referências marginais, outros pais fundadores e teóricos anarquistas de orientação diferente, como Proudhon, Stirner, Godwin ou Tucker. Também pode referir-se doutro modo: a corrente anarquista aqui considerada é aquela que politicamente mais marcou a história do seu tempo, aquela que, derivando da nebulosa socialista da Primeira Internacional, permaneceu, se não maioritária, pelo menos muito vigorosa nos países latinos. É conveniente também caracterizá-la pelo qualificativo de revolucionária — porque a revolução social tinha um lugar charneira na sua estratégia — para a demarcar de tendências mais educacionistas, reformistas ou individualistas, que igualmente existiam na época.*

*Ora o que propõe este anarquismo comunista? Propõe, como todas as outras escolas socialistas, a socialização da economia, dos*



meios de produção e troca. Mas, diferentemente daquelas, propõe igualmente a socialização do poder político, ou seja o seu desaparecimento como centro de decisão governamental e a sua dissolução por todo o corpo social.

Este o objectivo fundamental. E por que modo? Aqui também os anarquistas se diferenciam do resto dos socialistas ao proporem «a livre iniciativa e a solidariedade não imposta». Enquanto o marxismo da época proclama, seja a via eleitoral e das reformas políticas, seja a via revolucionária e da ditadura do poder proletário, os anarquistas vêem em qualquer destes meios uma contradição insanável com o objectivo final de atingir uma sociedade «sem classes e sem estado», que todos dizem procurar. Propõem, por seu lado, a «acção e organização directa das massas» para aprenderem a agir sem chefes nem intermediários e a «caminhar hoje, amanhã e sempre para a anarquia».

Ora a análise que subjaz os desenvolvimentos seguintes sobre o sindicalismo — é curioso notá-lo — é, no essencial, a análise que os fundadores do socialismo todos fazem da sociedade capitalista: a divisão em classes por força da propriedade dos meios económicos, que uns detêm (os burgueses) e de que outros são excluídos (os proletários); um aparelho estatal de repressão ao serviço dos primeiros; uma luta de classes incessante até que possa ser superada pelo estabelecimento da «nova sociedade», onde estas contradições tenham deixado de ter razão de ser. Se nesta concepção existe algo de «fatalismo histórico», de inevitabilidade de um processo histórico que conduzirá ao comunismo, então parece-nos que essa crença é também partilhada por esta corrente anarquista.

Para Neno Vasco, como para Malatesta, o movimento sindical dos trabalhadores «é anarquista desde o berço», no sentido de que, organizacionalmente, a Primeira Internacional foi justamente uma mobilização de associações profissionais coligadas em vista de promover um programa socialista. Aquilo por que se bateram Bakunine, Guillaume e os anti-autoritários contra Marx e consortes, foi pela autonomia e soberania das associações de base (profissionais) contra a tutela dos teóricos e dirigentes.

«O que no sindicalismo é essencial é a organização e a acção de

*classe do proletariado, é o movimento sindical», escreve Neno. E acentua que é por necessidade de se defenderem contra a exploração patronal e não por uma qualquer ideia que façam do socialismo, que os operários se agrupam em sindicatos e lutam directamente contra os patrões, pela greve e outros meios de acção directa. A primazia dada à experiência imediata dos explorados como meio de auto-aprendizagem dum processo libertador é pois central no anarquismo comunista, como já o era na corrente anti-autoritária da Internacional.*

*Mas Neno Vasco reconhece várias limitações à acção sindical. Antes de mais reconhece que, historicamente, ficou condenada a tentativa da Internacional de tentar fundir agrupamentos de ideias com agrupamentos de interesses. Assim, os sindicatos modernos, do século 20, têm e devem ter o seu âmbito limitado à defesa dos interesses imediatos do salaríado: salários e horas de trabalho, fundamentalmente. Isto desde que a sua acção seja a preconizada pelo método anarquista, sem intermediários, e que o sindicato manifeste a sua completa autonomia relativamente a todas as escolas ou forças políticas.*

*Mas esta limitação do âmbito do sindicato, bem como o reconhecimento de conflitos e interesses contraditórios no seio do proletariado, induz uma tendência espontânea a um economicismo e a um corporativismo qualificados de retrógrados. É curioso verificar que esta posição não está muito afastada daquela de Lênine que qualifica a consciência espontânea possível do proletariado de «trade-unionista». A conclusão que dela tira o russo de que a revolução e o socialismo só poderão vir por força da «introdução do exterior» de uma consciência revolucionária trazida pelo partido de revolucionários profissionais não é, evidentemente, seguida pelos anarquistas.*

*Neno Vasco e Malatesta propõem que os anarquistas sejam, dentro dos sindicatos, os agulhões da sua autonomia, da sua acção directa e da sua orientação anti-capitalista. Precisamente porque não querem dirigir os sindicatos nem atrelá-los aos interesses de um partido, eles serão os melhores defensores e vigilantes da identidade e independência sindicais.*



*Além disso, os anarquistas devem ser sindicalistas porque é este um terreno de eleição para espalharem as suas ideias. Mas — dizem — atenção a dois perigos à vista: um seria a tentação de impôr no sindicato uma doutrina, um programa anarquista; o outro seria, a pretexto de independência e neutralidade sindical, deixar o sindicato perder as suas características de escola de aprendizagem de novas solidariedades sociais e de associação de resistência ao statu quo burguês.*

*Destas ideias resultam duas coisas de que hoje nos podemos melhor aperceber: em primeiro lugar, a existência de uma dialéctica entre movimento anarquista e movimento social do operariado, cada qual com a sua própria configuração e influenciando-se mutuamente. Se é certo esta dialéctica ser estruturalmente diferente da dialéctica leninista do partido-massas, não é menos certo que a sua identificação remete para a esfera da sua própria mitologia as visões veiculadas pelos anarquistas daquela época de uma fusão entre eles e as massas trabalhadoras, contrariamente aos «traidores» reformistas da classe.*

*Por outro lado, resulta daquela concepção a ideia de uma certa centralidade teórica, definindo essa orientação estratégica algo como um «justo meio» e um «correcto caminho» nos flancos do qual começam os perigos e as escorregadelas. Ouvir Neno Vasco alertar a «minoría consciente» contra os «escolhos» que é preciso evitar (subordinação do sindicato a uma doutrina ou, a pretexto de independência, suprimir nele a discussão ideológica), faz curiosamente lembrar a argumentação de uma Rosa Luxemburgo avisando a social-democracia contra os «escolhos» do radicalismo que a corta das massas e do oportunismo que sacrifica os princípios para contentar estas.*

*Finalmente deve realçar-se o papel que Neno Vasco — uma vez mais como Malatesta — atribui ao sindicato na transformação social, na revolução. Divergindo de uma certa tendência da época (a que chama de automatismo sindical), estes anarquistas comunistas consideram que a revolução não surgirá apenas do desabrochar das contradições próprias à sociedade capitalista, da mesma forma que a greve geral (ultima ratio da acção sindical), embora indispen-*



sável, não será o meio suficiente para derrubar o poder burguês. A insurreição armada, o povo em armas, são indispensáveis, bem como uma «preparação material, que não é tarefa oficial nem oficiosa dos partidos nem das organizações operárias»<sup>(7)</sup>. Mas é chamada particularmente a atenção para a necessidade de, passado o acto insurreccional, retomar rapidamente a produção e reorganizar a vida social. E neste aspecto o sindicato tem um papel de primeira ordem. Tal como consta na Carta de Amiens, o sindicato, «hoje grupo de resistência, será no futuro associação de produção e de distribuição, base da reorganização social». Grupo produtor e principal instituição pronta a assegurar a continuidade da vida social, de acordo — diz Neno Vasco — mas ele não será o quadro exclusivo dessa reorganização. A dialéctica massa-minoria prosseguirá, mesmo para além do fim da ordem burguesa. Registemo-lo.

O modo anarquista de interpretar o sindicalismo inclui necessariamente muitas considerações de ordem histórica, sociológica, política e doutrinária. Se nem tudo o leitor encontrará no texto de Neno Vasco — e é preciso ter sempre presente o período em que foi elaborado e o facto de não ter sido concluído pelo autor — ele é porém suficientemente explícito e representativo das concepções da corrente anarquista comunista sobre a matéria. Deve também realçar-se — até porque isso vai ser elemento importante das polémicas que adiante se referirão — que o sindicalismo não ocupa todo o espaço de intervenção dos anarquistas, longe disso. Não obstante, ele representa, para esta corrente, o factor privilegiado da transformação social e ocupa um lugar central na sua estratégia.

Alguns dos argumentos em favor desta preferência são: a magnitude das massas postas em movimento pela acção sindical, comparativamente a outras formas de luta e de agitação; a continuidade da instituição sindical, possibilitando a educação dos trabalhadores, a auto-aprendizagem pelas suas lutas e pela conservação da sua memória; o quadro que o sindicato fornece para, controlando desde logo em boa parte o processo de trabalho<sup>(8)</sup>, poder, após a revolução, assenhorear-se da totalidade do processo de produção; o carácter classista das associações sindicais (e a possibilidade de

*exaltação prática de uma moral fundada sobre o trabalho); a relativa aceitação que nelas têm as ideias de não-intervenção política, de internacionalismo e de anti-belicismo; a possibilidade, pela via da neutralidade e independência sindicais, de realizar a união dos trabalhadores, para além das suas preferências ideológicas e partidárias; a valorização que é feita das formas de acção directa típicas do sindicalismo (a greve, a greve geral, o boicote, a sabotagem) vistas como o oposto da acção indirecta, representativa, parlamentar.*

*Esta estratégia considera, pois, como historicamente ultrapassadas duas das formas que, no século XIX, tinham tido o favor dos anti-autoritários: a insurreição popular, fazendo apelo à espontaneidade do povo, mas preparando-a por via conspiratória de associações secretas (Bakunine); e a propaganda pelo facto, que evoluiu rapidamente para o terrorismo, e daí para o ilegalismo. A partir do momento em que milhares de trabalhadores se organizam em sindicatos de aspiração emancipadora, fora do controlo do reformismo marxista, tais formas pareciam caducas. A «ideia» anarquista tinha penetrado nas massas.*

*Porém, na vida social as coisas são sempre mais complicadas do que nas demonstrações teóricas. Se percorrermos a história portuguesa desde o início do século até à instalação da ditadura salazarista podemos reparar, sem por agora entrarmos em detalhes, como se conjugam e se distendem o desenvolvimento das associações sindicais operárias por um lado, e, por outro, a influência que nelas têm os anarquistas. É um caminho sincopado, marcado por acontecimentos, fases, lutas, euforias e depressões. Até à implantação da república encontramos associações de classe maioritariamente chegadas ao partido socialista, embora com um ou outro sector onde aflora e predomina o peso das elites operárias anarquistas. Mas é depois de 1906, do Congresso da CGT francesa em Amiens e da proclamação da famosa Carta do sindicalismo revolucionário, que uma nova dinâmica parece lançar decisivamente as associações operárias para a via da autonomia e do activismo.*

*Após o 5 de Outubro de 1910, os ventos sopram favoravelmente aos desígnios dos partidários da estratégia sindicalista, sejam eles*



*anarquistas ou nem tanto. Dão-se lutas de forte mobilização operária, fazem-se congressos e planos de estruturação orgânica, têm-se vítimas e mártires, a aliança com a burguesia republicana estalou. Em curto espaço de tempo, o operariado português dos grandes centros (Lisboa, Porto, Setúbal), dos núcleos isolados (Covilhã, Silves, etc.) e do latifúndio alentejano parece descobrir-se uma identidade própria (ele e a sua organização de classe), o seu opositor (a burguesia, republicana ou não) e um projecto societário (um regime social fundado sobre o trabalho, provavelmente de contornos sindicalistas).*

*Em 1919 este processo atingirá um cume: existe uma Confederação Geral do Trabalho alicerçada em Federações profissionais e Uniãoes Locais de Sindicatos; existe um grande órgão de imprensa, diário, A Batalha; existe um empenho revolucionário imparável nos meios militantes proletários por virtude da revolução russa. A partir daí, uma lenta degradação começa a erudir este êxito. Bolchevismo e anarquismo são, afinal, coisas bem diferentes, abrindo a rotura, estoirando o consenso feito na ascensão sindicalista. Por outro lado, a situação social e política portuguesa começa a tornar-se num horizonte cerrado de nevoeiro, onde ecoam os trovões estrangeiros de novas fórmulas autoritárias: o sindicalismo parece ter dificuldade em encontrar respostas à altura e manifesta uma certa perda de fôlego. Até que desaba o temporal, a ditadura militar, e a adopção de uma clara atitude defensiva, sem mais alternativas.*

*Ao longo deste processo a concepção anarquista do sindicalismo sofreu a prova do fogo, o confronto com a realidade empírica. E porque se trata aqui de avançar elementos de compreensão para o seu significado histórico, propomo-nos referir sucessivamente os que nos parecem ser os quairo momentos decisivos em que essas concepções e essas práticas foram questionadas, no confronto das ideias, e nas representações dos actores em presença.*

*A primeira fase surge-nos como a da difusão do sindicalismo revolucionário. É certo que esta difusão vem já de anos anteriores, do princípio do século, recobrando de certa maneira a clivagem en-*



tre «puristas» e «intervencionistas». Como se sabe, esta divisão dos anarquistas portugueses ocorreu a partir do problema de colaborar, ou não, no derrube da monarquia, e de que forma. Ora enquanto os intervencionistas argumentavam com o desbloqueamento do progresso que constituiria a queda da realeza e da influência religiosa, os puristas usavam maioritariamente uma argumentação classista realçando os perigos da aliança com a burguesia republicana. Desta maneira, assim terá começado a preparação do terreno para a sementeira da propaganda anarquista nas associações de classe e para o maior dinamismo do sindicalismo revolucionário.

Evidentemente que este processo não é simples nem linear mas, no essencial, explica-nos a boa recepção que em Portugal tiveram os ecos dos progressos organizativos do sindicalismo francês e sobretudo as resoluções do seu Congresso de Amiens de 1906. É efectivamente a partir desta data que começa uma actividade importante de edição de textos, de traduções de obras desta corrente e de discussões e propaganda nos meios operários por parte de um número crescente de militantes, os quais parecem decididos a sacudir a influência que os socialistas possuem nas associações, a quem acusam de inoperância e acomodação à situação.

Embora perturbada por vezes pela luta política anti-monárquica, não parece contudo que haja verdadeira contradição entre as duas perspectivas, e o sindicalismo revolucionário faz o seu caminho, explode num apressar de lutas e organização após o 5 de Outubro e atingirá uma sua primeira meta com a criação da União Operária Nacional e a derrota das posições socialistas no Congresso Operário de Tomar de 1914.

Podemos distinguir, naquilo que aqui mais nos interessa — ou seja o plano ideológico — três níveis distintos, embora articulados, desta fase. O primeiro nível é constituído pela literatura elaborada, por livros e fortes brochuras que detalhadamente expõem, criticam, aprofundam e reafirmam a teoria do sindicalismo revolucionário. Na sua grande maioria são traduções, o que é natural, dado o carácter exógeno do processo, assim como é natural que quase todas as obras venham do francês. Entre outros livros podem citar-se O Sindicalismo, de Challaye, A Acção Sindicalista de Victor

*Griffuelhes, Sindicalismo e Socialismo de Lagardelle e outros, A Confederação Geral do Trabalho de Pouget, Sindicalismo e Revolução de Pierrot, ou Sindicalismo de Leone, Sindicalismo e Greve Geral, de Prat e Briand, editados por casas de prestígio como a Bertrand ou a Guimarães. Refira-se os nomes dos principais tradutores, pela importância que vão ter no futuro: Emílio Costa e Manuel Ribeiro.*

*É claro que também se publicam originais portugueses: por exemplo o do socialista Augusto César dos Santos, favorável à nova doutrina, com A Questão Operária e o Syndicalismo, ou Emílio Costa com a sua conferência editada sob o título Acção Directa e Acção Legal<sup>(9)</sup>. Mas é curioso registar que o nome de João de Campos Lima pode ser simbolicamente associado ao início e terminus desta fase, respectivamente com os seus livros O Movimento Operário em Portugal e O Estado e a Evolução do Direito, ambos preparados no quadro académico<sup>(10)</sup>. O primeiro é uma dissertação para a cadeira de Ciência Económica, da Faculdade de Direito de Coimbra, apresentada no ano lectivo de 1903-04. Se, nela, as teses sindicalistas não são ainda predominantes, encontram-se no entanto já expostos e defendidos alguns dos seus elementos característicos, como por exemplo a greve geral. O segundo texto, publicado em 1914, é um volumoso estudo apresentado no concurso para professor assistente do 3.º grupo (ciências políticas) da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa. Sintomaticamente, o autor termina esboçando a evolução recente do direito em matéria social e a ascensão do sindicalismo revolucionário. Apoiando-se em Leroy e Dufour<sup>(11)</sup>, Campos Lima teoriza um transitório Estado sindicalista: «A primeira fase do sindicalismo integral, conforme a preconizam os militantes sindicalistas, coincide pois com a última fase de transformação do Estado. É ainda um Estado, embora com uma organização diferente» (...) «não é, porém, senão um processo de adaptação a uma organização económica nova. Não pode discutir-se como doutrina, porque ele próprio supõe a sua imperfeição e a tendência para o seu desaparecimento logo que a revolução se generalize aos outros Estados e seja possível a organização social sindicalista» (...). Fosse mais*



por concessão ao quadro académico a que se destinava, fosse por convicção própria, não deixa de ser extremamente revelador o grau de consciência que tinha o anarquista Campos Lima das implicações possíveis de um pleno desabrochar da estratégia sindicalista.

O segundo nível desta difusão do sindicalismo revolucionário é constituído por outro tipo de textos, não já propriamente de teoria, mas de literatura de agitação e combate, de divulgação popular, onde a fórmula se avanta à reflexão, e o conceito cede o passo ao slogan. Podemos considerar nesta categoria os principais jornais sindicalistas, como *A Greve*, em 1908, e *O Sindicalista*, a partir de 1910; os pequenos folhetos que são editados pelos grupos militantes, sejam de autores estrangeiros (quase sempre franceses, é claro) sejam portugueses. Como exemplos podemos citar *A Confederação do Trabalho de Delesalle*, *Bases do Sindicalismo de Pouget*, *O Dia de Oito Horas da CGT*, *O Sindicalismo de Fabbri*, *A União dos Sindicatos e a Anarquia de Pelloutier*, *A Responsabilidade e a Solidariedade na Luta Operária de Nettlau*, *A Greve Geral dos ESRI*, *O 1.º de Maio: a Sua Origem e Sindicalismo e Acção Directa de Manuel Joaquim de Sousa*. Temos ainda os manifestos e proclamações em folhas soltas, que correm de mão em mão, de que um dos mais famosos foi o editado logo a seguir à queda da monarquia pelo *Comité de Propaganda Sindicalista* («versão sindicalista» do *Grupo de Propaganda Libertária, do Porto*) onde se dizia que: «Substituído o regime monárquico pelo republicano todos vêem que subsiste o mesmo e antigo mal-estar. As suas condições económicas são as mesmas. (...) Significa que a causa de todos esses males está na própria constituição económica da sociedade capitalista», e se propõe propagar e desenvolver a organização operária «sob a moderna orientação sindicalista, autónoma e federativa»<sup>(12)</sup>.

Finalmente, no terceiro nível incluímos as resoluções oficiais que têm a ver com o tecido organizativo do associativismo operário, ao longo desses anos. É talvez suficiente, por agora, referir conclusões da tese *Cooperativismo e Organização Sindical*, votadas no *Congresso Sindical e Cooperativista de Setembro de 1909*,

onde se diz que o «operariado português deve, independentemente de quaisquer doutrinas filosóficas individuais unir-se, agrupar-se, constituindo no mais curto prazo de tempo possível as suas respectivas Associações de Classe ou sindicatos profissionais (...)»; o 2.º Congresso Sindicalista (1911), onde na tese Greves e Arbitragem se apelava a repudiar esta última «qualquer que seja o aspecto com que se apresente», a «não prevenir a entidade patronal, procurando que a greve constitua o mais possível uma surpresa» e a «intensificar por todas as formas a propaganda anti-militarista»; e, finalmente, o Congresso de Tomar (Março 1914) onde sai aprovada a tese Organização Operária que cria a U.O.N. e onde é assegurada a neutralidade e autonomia do sindicalismo, o qual não pode «tomar parte, colectivamente, em eleições, manifestações partidárias ou religiosas»<sup>(13)</sup>, congresso que marca definitivamente o predomínio das ideias do sindicalismo revolucionário sobre a tendência social-democrata no plano nacional, e também a primeira fase de estruturação orgânica do movimento sindical no sentido de uma central nacional unitária.

Esta fase é sobretudo marcada por uma grande auto-confiança, por um proselitismo transbordante, por um sentido de união clasista que reclamam a autonomia do sindicalismo relativamente ao socialismo político, a adopção de uma atitude ofensiva nas lutas quotidianas dos trabalhadores, a aposta numa construção ponderada da instituição sindical e, finalmente, uma grande desconfiança para com os intelectuais, jornalistas, políticos, etc., consubstanciada num espírito obreirista a toda a prova.

Se o anarquismo e o socialismo são uma polémica já antiga em Portugal, só simplificando excessivamente se poderia dizer que, nesta fase, o primeiro predominaria sobre o segundo. E se é certo que o sindicalismo revolucionário é filho do anarquismo, é apenas por força desta paternidade e indirectamente que o anarquismo se sobrepõe ao socialismo reformista nestes primeiros anos da república.

O sindicalismo revolucionário conseguiu ser uma nova realidade, distinta do próprio anarquismo, embora na sua órbita capaz de atrair militantes operários sem ideologia muito precisa e até socia-



*listas e revolucionários republicanos confessos. Que um e outro não eram exactamente a mesma coisa, prova-o a importante polémica que constitui a segunda fase das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal.*

*Com efeito, no início do ano de 1913 regista-se uma vigorosa troca de opiniões na imprensa operária e anarquista sob a questão seguinte: bastar-se-á o sindicalismo a si próprio? Por outras palavras, tratava-se de saber se o sindicalismo seria a forma moderna, a forma social do ideal anarquista; se o anarquismo se esgotaria no sindicalismo ou se o transbordava ou transcendia; se, finalmente, o sindicalismo, embora nascido e enriquecido das formulações anti-autoritárias, teria construído a sua própria doutrina e deveria doravante assumir a sua plena maioridade.*

*Note-se que esta discussão surge cronologicamente ainda dentro da fase que nós qualificamos de difusão do anarco-sindicalismo e balizamos entre os anos 1906 e 1914. Mas compreenda-se que ela tem a sua própria lógica e não interfere no processo que se cristaliza, de facto, institucionalmente, com a criação da UON em 1914.*

*Na realidade, a polémica surge após as enérgicas lutas operárias de 1911 e 1912, os acontecimentos de Setúbal, as duas greves dos trabalhadores rurais alentejanos, a greve geral de solidariedade de Janeiro de 12 com o cerco à Casa Sindical de Lisboa e o grande número de prisões de militantes operários. É pois como que um balanço de apuramento de resultados, uma pausa de reflexão após o turbilhão de acontecimentos registados desde Outubro de 1910, dos quais os conflitos laborais e a agitação social não eram, evidentemente, senão uma parte.*

*Em 26 de Janeiro de 1913, poucos dias depois de ter tomado posse como chefe do governo, Afonso Costa proferiu uma conferência na Imprensa Nacional subordinada ao tema «Catolicismo, socialismo e sindicalismo», que lhe valeu de imediato as críticas cerradas da organização sindical e mesmo as réplicas de sindicalistas estrangeiros<sup>(14)</sup>. Curiosamente, poucos dias depois, no 1.º número do semanário anarquista Terra Livre<sup>(15)</sup>, Emílio Costa publicava o artigo «Sindicalistas e Anarquistas» em que refutava a ideia*

de que o sindicalismo se bastasse a si próprio. Imediatamente lhe responde Manuel Ribeiro n' *O Sindicalista*, começando por afirmar que aquele artigo viera «talvez fazer mais mal ao sindicalismo do que a conferência do sr. Afonso Costa»<sup>(16)</sup>. Estava lançada a polémica. Ela vai prosseguir nas páginas daqueles dois periódicos e abranger, para além dos dois indivíduos citados, também Campos Lima e Adolfo Lima, nos meses seguintes<sup>(17)</sup>. Mas vai igualmente interessar vivamente o semanário *A Aurora do Porto*, onde Neno Vasco sai à estacada com uma importante série de artigos, e suscita ainda tomadas de posição colectivas dos grupos editores destas publicações.

A discussão — é interessante notá-lo — processa-se sempre de forma cortez, sem nunca se estragar com ofensas de linguagem ou processos de intenções. É um verdadeiro debate de ideias onde, numa palavra, os anarquistas dizem que, embora o sindicato seja o mais importante instrumento revolucionário e de emancipação social, se recusam a ver no sindicalismo uma teoria social nova que viesse equiparar-se ao socialismo e ao anarquismo; e, por seu lado, os «sindicalistas puros» consideram ser o movimento sindical a forma histórica assumida pelo ideal anarquista, não havendo, por isso, mais razão de separar um do outro. Os termos da querela são, no essencial os mesmos já empregues em 1907 no Congresso Anarquista Internacional de Amsterdam, quando Malatesta defendia o ponto de vista anarquista comunista e Monatte o dos nóveis sindicalistas revolucionários<sup>(18)</sup>.

É, de resto, de notar que essa discussão não se encerra internacionalmente após Amsterdam. Ela prossegue, a espaços, na imprensa anarquista e, precisamente, os jornais portugueses seguem-na com proximidade e interesse. Se em 1907 a discussão é ainda estranha aos militantes portugueses, em 1912-13-14 ela atingiu o rubro entre nós, e vemos assim cada uma das tendências (e sub-tendências) traduzir e comentar artigos de militantes de renome internacional em abono das suas opiniões. Malatesta, por exemplo e como dissemos anteriormente, começa só nesta altura a ser traduzido em força nos nossos periódicos anarquistas comunistas: em Junho e Julho de 1912, Neno Vasco apresenta na revista *A Semen-*



teira a sua figura e obra, chamando particularmente a atenção para a sua concepção do sindicato; em plena polémica, em Abril de 1913, A Aurora insere uma longa montagem de textos sobre «A Organização Sindical»<sup>(19)</sup>, e muitas outras citações e epígrafes. Mas não são apenas as posições malatestianas que são veiculadas em Portugal. Também o são as opiniões que sobre o assunto têm na época Jean Wintch, Luigi Bertoni ou Kropotkine<sup>(20)</sup>. Mais: A Aurora reproduz extensamente, ao longo do primeiro semestre de 1914, mais uma fase desta polémica, agora desencadeada a propósito da invocação que Malatesta fizera do exemplo de Bakunine e da Primeira Internacional e a que acorrera James Guillaume formulando opiniões diferentes. Intervêm nesta troca também Bertoni e Fabbri, todos com poderosos argumentos, a que só a guerra vem pôr termo<sup>(21)</sup>.

Como é natural, o desenvolvimento da discussão abriu um pouco mais o leque das opiniões, mesmo entre os partidários do anarquismo comunista. A unidade deste, se era real face aos que eles tratam de individualistas (mas que são, de facto, anti-organizadores, ilegalistas e apaches), não é tão sólida quanto parecia e já começa a dar mostras disso quando a guerra vem fazer estoirar a sua união<sup>(22)</sup>.

Pela importância que vai ter no futuro, é conveniente também chamar a atenção para o facto de que, desde esta fase, seria errado ver nesta polémica apenas o confronto entre posições mais imediatistas (os sindicalistas) e outras mais globais e históricas (os anarquistas), como por vezes estes últimos procuram dar a entender. Sem sair do campo do anarquismo comunista, existem já pessoas que contestam as posições (malatestianas como kropotkinianas, neste caso) de relativa neutralidade e independência do sindicato, duvidando da sua própria possibilidade, e acentuando mais nitidamente o papel dos grupos e dos militantes anarquistas comunistas, dentro e fora do sindicato. O próprio Neno Vasco é contestado na nossa imprensa por duas vezes: a primeira numa troca internacional de pontos de vista com João Crispim, militante acrata da organização operária de S. Paulo<sup>(23)</sup>; e a segunda a propósito do papel da Juventude Sindicalista, que Neno defende, preferindo-a a uma

organização juvenil libertária. No primeiro caso, o brasileiro argumenta que «queira-se ou não, uma das tendências acaba por predominar nos sindicatos, e o que se deve pedir aos anarquistas é que façam nos sindicatos a maior propaganda dos seus princípios até que tomem uma orientação anarquista». No segundo, o provavelmente jovem Henrique Fernandes desafia na Comuna Livre Neno escrevendo: «Para terminar, uma só coisa peço a Neno Vasco. É que estude profundamente a questão e depois diga quem está dentro da verdade: se aqueles que nos abandonam para formar grupos sindicalistas; se nós, que continuamos firmes no nosso posto, a propagar o mais sublime ideal — Anarquia»<sup>(24)</sup>.

Porém, Neno Vasco mantém a ideia de que, da legítima e necessária propaganda anarquista nos sindicatos, não se segue que estes devam, em momento algum, proclamar-se oficialmente anarquistas. E que, para lhes «insuflar o estudo e afastá-los da taberna e do lupanar», se deve agrupar os jovens «segundo critério de classe e de idade, não de ideias».

Todos os testemunhos coincidem em que o debate interessou vivamente os militantes sociais. É sintomático, por exemplo, que a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais tenha editado em 1913 uma brochura intitulada Sindicalistas e Anarquistas, contendo alguns dos principais artigos publicados imediatamente antes por Manuel Ribeiro e Neno Vasco (e ainda Han Ryner e Malatesta) nos jornais que já atrás citamos. O Alentejo fora palco de importantes greves aplicando o método da acção directa e da solidariedade de classe, onde os anarquistas haviam jogado o seu papel. É pois lógico que o militantismo rural quisesse aprofundar esta questão.

Finalizemos então esta segunda fase das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal com a referência ao que se passou nas reuniões orgânicas anarquistas realizadas neste tempo.

Em Novembro de 1911 teve lugar em Lisboa o 1.º Congresso Anarquista da Região Portuguesa. Nele é discutida e aprovada uma tese apresentada pelos grupos do Norte, lida (e provavelmente redigida) por Manuel Joaquim de Sousa, sobre o tema «Sindicalismo e Anarquismo»<sup>(25)</sup>.



*Aí é dito que o sindicalismo moderno (ou seja, o revolucionário) é «uma consequência da doutrina anarquista» e a sua «táctica de luta está integrada na acção anarquista». Mas «convém não confundir o sindicalismo, mesmo revolucionário, com o anarquismo. Rigorosamente, não são a mesma coisa».*

*Da tese resulta que os anarquistas devem ir para as associações de classe do operariado: (...) «necessário se torna que os anarquistas exerçam, desde já, como aliás se tem feito, uma propaganda tenaz e cerrada dentro dos sindicatos, tanto mais que eles são os lugares onde já se reconheceu que se pode fazer melhor sementeira» (...) «convém que sejamos persistentes nos sindicatos sem nos deixarmos absorver por eles, preparar o espírito dos trabalhadores, de modo que eles se integrem no pleno conhecimento do nosso ideal. Feito isto, teremos contribuído para a vitória da razão, para a destruição do privilégio económico-burguês e para o advento do comunismo anarquista».*

*As últimas frases mostram o discurso estratégico dos anarquistas comunistas e Malatesta, como Neno Vasco, reconhecer-se-iam nestas resoluções. Porém, a simples recomendação de não se deixar «absorver» pelos sindicatos, três anos mais tarde transmuta-se já em discussão acesa, aquando das Conferências Anarquistas que se realizaram em Coimbra, Faro, Porto e Lisboa, em grande parte aquilhoadas pela vontade de enviar uma delegação ao Congresso Anarquista Internacional que deveria ter lugar em Londres em Agosto de 1914<sup>(26)</sup>.*

*A tese Os Anarquistas no Movimento Operário, apresentada pelo Grupo Brochura Social (de que fazia parte Neno Vasco, que a redigiu), expunha longamente a concepção malatestiana defendida por Neno e desenvolvida mais tarde na Concepção Anarquista do Sindicalismo. Enquanto no Porto foi aprovada sem problemas de maior, em Lisboa originou discussão. Para além duma emenda da autoria de Caetano de Sousa<sup>(27)</sup>, o debate mais vivo foi levantado por Manuel de Abreu, contra a entrada dos anarquistas nas direcções sindicais, sob pena de abdicarem das suas convicções<sup>(28)</sup>.*

*Aurélio Quintanilha<sup>(29)</sup>, relator da tese, diz que não é possível estabelecer regras rígidas, nem condenar em abstracto, embora*

*fosse preferível aquela atitude. Manuel Afonso (encadernador) afirma que em sindicatos como o seu, se os anarquistas saíssem das direcções, os sindicatos morreriam, o que é corroborado por Rosendo Viana (sapateiro) e António Travelho (de Setúbal). Emílio Costa opina que o que é nocivo são as longas permanências nos cargos sindicais, que burocratizam. Mas Abreu insiste na sua, enquanto Artur Figueiredo, Augusto Quintas e Sá Júnior são firmemente contra. Jerónimo Correia sugere que só se aceitem cargos quando perigar a vida dos sindicatos. E finalmente, Jerónimo de Sousa propõe o seguinte aditamento às conclusões da tese, o qual é aprovado por consenso (ou por cansaço?): «Julgamos que os anarquistas devem evitar entrar nos corpos directivos dos sindicatos e sobretudo recusar-se a desempenhar esses cargos permanentemente, devendo a sua acção exercer-se entre a massa dos sindicados».*

*Eis como se discutia em 1914, entre os anarquistas comunistas de Lisboa (ao contrário — parece — dos seus companheiros do Porto e província) uma questão prática, aparentemente menor, mas cujas consequências e desenvolvimentos seriam, no futuro, motivo de dolorosas revisões e ríspidos confrontos.*

*Consideramos como terceira fase das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal aquela que se materializa nas polémicas geradas em torno da criação do partido comunista, em 1920-21.*

*Enquanto em 1913 são os sindicalistas puros que reivindicam a total autonomia, inclusivé ideológica, da organização sindical, e, do outro lado, os anarquistas que lhes denegam tal pretensão, agora as posições vão curiosamente inverter-se. São os anarquistas que defendem à outrance a independência sindical e até mesmo a auto-suficiência sindical para as tarefas transformadoras da revolução social, enquanto que os bolchevistas apontam a «consciência trade-unionista» do sindicalismo e a necessidade de direcção política por parte de um agrupamento de vanguarda.*

*Seria injúria gratuita dizer que os anarquistas haviam entretanto mudado fundamentalmente de posição. O que mudou foi o interlocutor: de apologia das potencialidades próprias do operariado*



*organizado, passou a partido dirigente de uma revolução. Mas não deixa de ser verdade que, no fogo da polémica, os anarquistas são levados a acentuar aquilo que da outra vez diminuiam e a menosprezar aquilo que antes empolavam.*

*Em 1920, em plena excitação com os ecos das revoluções proletárias (Rússia, mas igualmente Hungria, Alemanha, Itália, etc.), o conhecidíssimo militante José Carlos Rates, antigo sindicalista revolucionário, pode publicar na Editorial d'A Batalha (repare-se) um livrinho intitulado A Ditadura do Proletariado onde, em cerca de 100 páginas, são apresentados os Decretos que um Conselho de Comissários do Povo deveria promulgar após a vitoriosa (e, aparentemente, iminente) revolução proletária em Portugal. Rates argumenta que, insurreições fazem-se muitas entre nós, mas se o operariado quer, de facto, fazer a revolução social, tem de garantir o seu sucesso por meio deste instrumento: a ditadura proletária. Mas como Rates conhece bem a situação portuguesa e a sua organização operária, aposta ainda numa forma de ditadura que seria conduzida a partir do sindicalismo e onde o papel do partido-guia é ainda nebuloso.*

*Isto não quer dizer que o «pacote» de decretos revolucionários não abranja toda a vasta área de acção governamental. Pelo contrário, as medidas preconizadas vão desde a produção ao consumo, dos transportes à agricultura, dos impostos à força pública, do ensino à saúde, dos direitos individuais à imprensa, da justiça à religião, dos serviços públicos às colónias. Duas constantes: o seu carácter de imposição revolucionária e a sua execução imediata. Veja-se por exemplo que, com a socialização da indústria, se prevê decretar a sindicalização obrigatória, e com a socialização do comércio, a cooperativização obrigatória!*

*Última curiosidade: é a CGT quem deverá nomear e mandar o Conselho dos Comissários do Povo para realizar tal obra!*

*A estupefacção terá sido certamente enorme em alguns anarquistas. Noutros seria a hesitação, a atracção simultânea por dois polos opostos.*

*No seguimento desta brochura (que Neno Vasco ainda regista, nas páginas da Concepção Anarquista do Sindicalismo), o mesmo*

*Rates vem defender as suas concepções n'A Batalha. Vários militantes intervêm na polémica que se segue nas páginas daquele diário, entre Novembro de 1920 e Março de 1921, num total de 54 depoimentos. Aparecem os nomes de Manuel Joaquim de Sousa, Jorge Coutinho, Adriano Botelho, Nogueira de Brito e outros. Mas a figura que assume a defesa das posições anarquistas e que responde taco-a-taco aos argumentos de Rates é a de Emílio Costa que, curiosamente, havia sido bastante maltratado pelos anarquistas malatestianos a propósito da guerra e da sua posição a favor da defesa da França. Apesar das divergências, Emílio Costa continuava sendo um anarquista. E a linha do seu discurso é esta: revolução sim, mas sem ditadura; caindo nela, mesmo temporariamente e com as melhores intenções, será possível depois voltar atrás?*

*Que o órgão oficial da CGT veicule nas suas páginas posições tão claramente contrapostas, mostra-nos um pouco como a hesitação seria grande entre o operariado organizado sobre se deveria seguir os exemplos dos «seus irmãos da Rússia» ou seguir, pela segunda vez em poucos anos, os discípulos de Bakunine contra os discípulos de Marx.*

*Em Março de 1921 é fundado o Partido Comunista e a partir daí a polémica passa a revestir outras formas, mais institucionais: são as notas oficiosas da CGT, as teses e moções votadas em congressos da organização operária, a questão da adesão às Internacionais.*

*Mas as «fantasias ditatoriais» de Carlos Rates (como escreve Emílio Costa) e, de uma maneira geral, o vanguardismo soviético tiveram o seu contraponto do lado dos partidários da proeminência da organização sindical. Veja-se o trabalho Organização Social Sindicalista, preparado por Adolfo Lima e votado nos Congressos da Covilhã e Santarém como «Carta Orgânica do Sindicalismo Português». A concepção que enforma este texto (para além do seu naturalismo e cientifismo endémicos) é a de um pan-sindicalismo, de um totalitarismo teórico que responde simetricamente ao bolchevismo prometaico dos seus adversários.*

*«O Sindicalismo comporta, dentro da sua organização, todos os*



*órgãos necessários à vida complexa e exigente das sociedades progressivas; e desempenha, por meio desses órgãos, todas as funções indispensáveis à completa expansão e constante aperfeiçoamento dessa vida.*

*O Sindicalismo, como organização social completa e integral, basta-se a si próprio, quer para transformar o actual regime, quer para realizar e construir todas as instituições da sociedade futura de natureza e ideal libertários» (Proposta editada pela Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional Operário — 1922). Que os termos tenham depois sido limados pelos militantes operários, é todavia menos significativo que o facto do sentido da tese se ter mantido. Assim como nos parece menos gritante que um intelectual e pedagogo como o dr. Adolfo Lima, imbuído das concepções positivistas e evolucionistas do seu tempo, e sempre militante libertário mas marginal à organização operária, possa ter acedido a escrever este texto a pedido do militantismo operário anarquista com o bom argumento de que a independência da CGT perigava face ao novo PC, do que o facto desses militantes terem aceite uma formulação ideológica que, se preservava as orientações emancipadoras da CGT, explicitava claramente a «auto-suficiência» do sindicalismo que eles justamente haviam criticado anos antes aos partidários do sindicalismo puro.*

*Esquematizando para mais fácil compreensão, poderemos talvez dizer que, nesta fase, se Carlos Rates é o sindicalista revolucionário aderido à fascinação do bolchevismo e Emílio Costa o anarquista moderado e inteligente que lhe recusa as perspectivas liberticidas, a Organização Social Sindicalista aparece como a bandeira dos anarquistas operários que não querem perder o controlo de uma organização (a CGT) que por seu mérito foi erguida. Qual, porém, o preço que eles terão que pagar para aguentar essa barricada?*

*A quarta fase das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal situa-se, por um lado, depois do rompimento da unidade sindical pelos sindicatos onde os adeptos da Internacional Sindical Vermelha vão tendo preponderância, e por outro lado, após a ins-*

tauração da ditadura militar e sobretudo após a ilegalização da CGT e o encerramento d'A Batalha, que se seguiram à tentativa insurreccional de 3-7 de Fevereiro de 1927.

É, de algum modo, a hora do balanço final, num momento em que a divisão operária já não oferece dúvidas que é algo de muito profundo, em que também, ao contrário do que pudesse parecer, se percebe bastante bem o que é o fenómeno fascista e como a situação de ditadura militar de então ainda não é o fascismo, mesmo se lhe está a preparar o leito. Os sindicatos, embora com dificuldades, permanecem em funcionamento e, após um período de maior perseguição à imprensa, esta pode reerguer-se com certa liberdade nos anos 29-30-31, apesar da censura prévia.

Pode verificar-se documentalmente que nas conferências orgânicas libertárias que, a partir de 1923, se realizam com alguma regularidade, o tema «atitude dos anarquistas perante os sindicatos» aparece sacramentalmente. Mas se a posição se mantém a mesma em termos genéricos, como no passado, é já menos a questão do «sindicalismo» que a dos «sindicatos» que verdadeiramente está em causa. Para além disso, a parte que ela ocupa nas preocupações dos anarquistas organizados (que, entretanto vão deixando de usar o qualificativo de comunistas, para se não confundirem com os bolchevistas) diminui sensivelmente. E é significativo que na resolução tomada na Conferência de Alenquer, em Março de 1923 (talvez a mais importante, porque dela sai a constituição da União Anarquista Portuguesa), se diga que as organizações sindicais «têm objectivos quase exclusivamente materialistas, satisfazendo principalmente o egoísmo das massas». No seu seguimento, por exemplo, a UAP estampa num manifesto que «os anarquistas têm no sindicalismo revolucionário, a desempenhar o mesmo papel que desempenham na sociedade actual, porque a sua acção é semelhante em todos os aglomerados humanos» e eles devem «manter a massa em rebelião constante contra todos os princípios autoritários»<sup>(30)</sup>.

Por aqui se vê que, ao mesmo tempo que a estrutura organizativa anarquista faz progressos relativamente ao passado de antes da guerra — nomeadamente na estabilidade das suas federações, na



*regularidade das conferências e até na coerência das suas posições — maior parece ser o distanciamento dos libertários relativamente às sujeições a que se vêem obrigados enquanto membros das direcções, administrações e comités sindicais.*

*É provável que esta reflexão colectiva se tenha acelerado a partir de 1926 e talvez que para isso tenha contribuído a campanha «moralizadora» lançada pelo jornal O Anarquista, órgão da UAP, contra o atentismo das cúpulas da CGT e o acomodamento dos redactores d'A Batalha<sup>(31)</sup>.*

*Mas é aproveitando a ligeira «abertura» de 29-30 que o debate vai poder espelhar-se na imprensa e ganhar outra dimensão, impossível de atingir nos círculos restritos dos grupos de afinidade ou das organizações clandestinas.*

*Com efeito, encontramos uma trintena de artigos que se vão respondendo uns aos outros, e aprofundando a questão, em quatro das principais publicações que nessa época conseguem manter-se: são a Vanguarda Operária (órgão da organização operária), Germinal (jornal libertário), a revista Aurora — estes todos saídos no Porto — e o jornal anarquista Terra e Liberdade, publicado no Barreiro<sup>(32)</sup>.*

*Os intervenientes mais activos são indubitavelmente Francisco Quintal (com o pseudónimo de «Meridional»), Luís Laranjeira, Adriano Botelho<sup>(33)</sup> e, curiosíssimo pormenor, o próprio Jean Grave que, desde França e com um papel muito apagado nas movimentações sociais do seu país no após-guerra, segue a situação portuguesa com a atenção suficiente para interferir activamente na polémica.*

*Quais são as posições em presença? Socorrendo-nos do ensaio de síntese feito pelo próprio Francisco Quintal<sup>(34)</sup> podemos identificar uma primeira tendência, personificada nas posições e nos artigos de Luís Laranjeira que sustenta que o esforço dos anarquistas no movimento sindical tem sido (e será) inútil, porque «o anarquismo não é um ideal proletário; dentro do movimento sindical os anarquistas têm-se anulado, conquistando cargos sindicais e agindó conforme os apetites das multidões; e, finalmente, a acção do anarquismo no sindicalismo não apresenta benefícios para as*

*ideias, mas, apenas, para as massas». É a posição mais radical de que já havíamos encontrado vestígios anteriormente, sem nunca abandonar o terreno do anarquismo social e revolucionário (que se costumava designar por comunista, como vimos).*

*A segunda tendência pode ser resumida pelas palavras de Jean Grave: «Sendo o sindicalismo um meio de luta contra o patronato, na sociedade presente, todos os partidários duma transformação social lhe devem prestar o seu concurso, deixando à porta do sindicato as opiniões que os dividem, limitando, lá dentro, a sua acção aos fins para que o sindicalismo foi criado e retomando, fora do sindicato, toda a liberdade de agir para a realização de outros fins». É, vê-se distintamente, a posição clássica do neutralismo sindical, tal como a Carta de Amiens a consignava, restando saber de que maneira este tipo de sindicalismo assume a «orientação emancipadora» fixada naquela Carta, nomeadamente a «desaparição do patronato e do salaríato». É nesta mesma linha de tendência que se situa o livro de Emílio Costa Sindicalismo Independente, publicado pela mesma altura, e tudo leva a crer que, apesar das lutas e do envenenamento dos espíritos, fosse esta uma posição com alguma expressão no militantismo e no meio operários<sup>(35)</sup>.*

*Mas há uma terceira tendência que poderíamos designar de quase-Forista<sup>(36)</sup> e que aparece na polémica expressa pelo conceito de «movimento anarquista». Numa palavra, a ideia que lhe está subjacente é a de que, ou os valores anarquistas predominam dentro dos sindicatos, ou então é esforço baldado, que os anarquistas devem evitar. Não identificamos, entre os intervenientes, nenhum que abertamente defendesse um sindicalismo de rótulo anarquista, como na Argentina, mas sim várias opiniões que, recusando este formalismo, apoiam a substância da ideia. Por exemplo, B. Inácio discorda dos companheiros refractários à organização sindical; compreende aqueles que são contrários à ocupação dos cargos directivos, mas acha que isso nem sempre é praticável; finalmente entende que «os anarquistas devem-se apresentar como tais dentro dos sindicatos, defendendo abertamente os seus pontos de vista e procurando influenciar, pela sua moral e pela sua conduta, as massas neles organizadas, mas isto sem a pretensão de lhe pôr o seu ró-*



tulo»<sup>(37)</sup>. Podemos dizer que esta posição é próxima da malatestiana, da posição defendida por Neno Vasco na Concepção Anarquista do Sindicalismo, porém agora afirmada após uma década mais de experiência de agudas lutas sociais. É também aquela que defende Adriano Botelho, militante que de alguma maneira foi, no plano teórico e ideológico, o continuador da orientação malatestiana no movimento anarquista português.

Outra variedade desta tendência é a defendida então por Francisco Quintal que, não querendo um movimento operário anarquista rotulado (porque é contra todos os rótulos), propõe no entanto um «movimento operário, agrupando somente produtores úteis, operários com carácter utilitário, próximo ou remoto, sem colaboração com outras tendências»<sup>(38)</sup>. Para Quintal, duas preocupações são evidentes: deixar de, por obreirismo, acolher todos os assalariados, mesmo os que produzem inutilidades ou nocividades (ele deveria pensar nos arsenais militares, em certos jornalistas, etc.); e ultrapassar o economicismo da acção sindical através da adopção de mais largas perspectivas que a ideologia anarquista podia fornecer, nomeadamente as suas preocupações educacionais.

Note-se que, nas suas diferenças e nuances, qualquer destas posições que constituem esta terceira tendência supõe uma insatisfação clara, uma crítica do passado recente, não só pela emergência dos temíveis adversários que passaram a ser os bolchevistas, não apenas pelos muitos camaradas que se transviaram, mas igualmente pela consciência de erros cometidos, pela perplexidade perante consequências inesperadas, pelo assalto das dúvidas e das revisões dilacerantes. Este estado de espírito é, com efeito, comum a qualquer das três atitudes de balanço final que identificamos. Mas é porventura mais significativa naquela que, mantendo o essencial da estratégia malatestiana do anarquismo revolucionário e social, procura a saída mais positiva em termos de futuro, para uma análise do passado desenhada a cores bastante sombrias.

Apressemos o encerrar deste estudo introdutório ao importante livro de Neno Vasco com mais algumas observações sobre as circunstâncias que rodearam a sua publicação.

O contexto político do momento é fortemente marcado, no plano externo, pela revolução russa, e no plano interno pela nova fase que parece abrir-se após o sidonismo e o «reino da traulitânia».

Em Agosto de 1919 sai o último número d'A Sementeira, numa fase em que Neno Vasco é um dos últimos colaboradores qualificados a ajudar o esforçado trabalho editorial do seu grande animador Hilário Marques<sup>(39)</sup>.

Entretanto, Neno está colaborando desde Fevereiro desse ano n'A Batalha, quer escrevendo alguns poucos artigos, de fundo, quer, de maneira mais intensiva, assegurando a tradução de numerosa correspondência estrangeira.

Como referimos anteriormente, é nesta altura que, para além da Federação Maximalista Portuguesa, aparecem as teses de Carlos Rates e se desenha a clivagem que vai atingir o movimento operário.

É por isso lógico admitir que, libertado dos encargos d'A Sementeira e tendo encontrado um eficiente substituto para a correspondência externa d'A Batalha na pessoa de Adriano Botelho, Neno Vasco tenha decidido dedicar o essencial das suas disponibilidades à preparação do livro *Concepção Anarquista do Sindicalismo* pensado como uma arma teórica fundamentada e reflectida capaz de fazer face aos estragos causados pela euforia bolchevisante. Também pode ter acontecido que esse objectivo lhe tenha sido sugerido ou encomendado pelos militantes anarquistas que na organização operária começavam a enfrentar os problemas. Sabemos que era amigo pessoal de Manuel Joaquim de Sousa, de Alexandre Vieira e outros; como ele próprio não tinha qualquer disposição pessoal para evidências, é bem possível que o livro tenha surgido desta maneira.

Mas qual era a posição de Neno Vasco perante os acontecimentos da Rússia? Pelas opiniões e posições verificáveis documentalmente, o que se poderá dizer é que, sem hesitações, Neno aplaudiu o facto histórico da queda do czarismo e mesmo o «queimar de etapas» que foi a revolução de Outubro. Como a totalidade dos anarquistas da época, ele entusiasmou-se com a dinâmica gerada pelos operários, soldados e camponeses da Rússia em direcção a



*uma «nova sociedade» marcada pelos valores da igualdade e da emancipação do trabalho. Mas, como anarquista assumido, recusou-se a ver no bolchevismo mais do que um actor passageiro da cena histórica. Identificando perfeitamente o que no marxismo revolucionário de Lênine e Trotsky se diferenciava do anarquismo, considerava que, ou essa fase era rapidamente ultrapassada, ou o espírito libertador da revolução entraria rapidamente em declínio, correlativamente à ascensão de um poder que não poderia ser senão cada vez mais ditatorial.*

*E de que maneira encarnaria esta mesma questão o meio militante operário em Portugal? Múltiplas interpretações, ao acaso das notícias e dos debates, teriam curso entre nós. Mas o entusiasmo afectivo pela revolução russa parece ser uma corrente bem mais vigorosa do que qualquer raciocínio muito elaborado, seja de tipo dogmático, seja analítico. Parece visível, por exemplo, que o soviétismo da Federação Maximalista agregou inicialmente mais simpatias entre os militantes operários do que o foi capaz de fazer o seu sucedâneo Partido Comunista.*

*Se pegarmos n'A Batalha dessa época, vemos como o órgão da CGT balanceia entre notícias, apreciações e posições contraditórias sobre esta matéria, a qual — assinalemo-lo — ocupa uma parte importantíssima das preocupações confederais. Há por exemplo as regulares crónicas de Augustin Hamon, grande número delas sobre a Rússia, onde se espelha uma posição de apoio crítico, próxima da que teria Neno Vasco. Há as resoluções adoptadas nos congressos, sejam internacionais (Komintern, I.S.V., Internacional de Amsterdam, AIT, etc.), sejam de outros países (França, Itália, Espanha) onde os debates suscitados pela revolução russa vão fazendo o seu caminho. Há as notícias e avisos referentes às reuniões preparatórias do lançamento do PC, porventura mais numerosos que as dos grupos anarquistas. Etc..*

*É, por exemplo, significativo que ao mesmo tempo que começam já a surgir nas suas páginas notícias vindas da Rússia que falam das perseguições aos anarquistas pelo novo poder, A Batalha dê da revolta de Cronstadt a versão oficial do Conselho dos Comissários do Povo!*

*Deste quadro, podemos talvez permitir-nos fazer uma hipótese: a de que, se a morte de Neno Vasco, em Setembro de 1920, se repercutiu com um impacto excepcional nas páginas do diário operário, o seu desaparecimento da cena possa objectivamente ter agradado a um certo sector da organização operária. É certo que existe uma aparente unanimidade, tanto entre anarquistas, como entre sindicalistas e todos os revolucionários sociais, no louvor à obra passada de Neno Vasco. Mas os mortos esquecem-se rapidamente. E a romagem que a organização operária planeia fazer à sua campa, no Minho, um mês depois da sua morte, acaba por ter pretextos para adiamento e, em seguida, para o esquecimento.*

*É certo que, aqui e ali, o seu nome continua a aparecer na imprensa, nos anos seguintes, sobretudo nas datas evocativas; que fiéis companheiros lançam uma subscrição para a ajuda económica dos seus filhos órfãos; que no aniversário da criação d'A Batalha consecutivo à sua morte é inaugurado, na redacção, o seu retrato; que mesmo o sindicato dos arsenalistas de marinha, pró-ISV, também o faz em Novembro de 1922, por ocasião de uma festa — tais actos, se não deixam de ser sinal de reconhecimento do excepcional recorte da sua personalidade, aparecem também como fáceis elementos simbólicos de um passado para uso político presente<sup>(40)</sup>. Parece evidente que, com Neno Vasco vivo, nunca os bolchevistas o teriam homenageado. Mas a sua boca calara-se quando ele ainda não podia senão bendizer a transformação histórica da Rússia. E esse elogio pode ser muito útil para alguns.*

*Mas, para além das evocações necrológicas, porquê então o seu livro, anunciado na primeira página d'A Batalha em Abril de 1920; composto (pelo menos parcialmente) durante esse mesmo ano; terminado, forçosamente, pela morte do autor em Setembro; anunciado na mesma A Batalha «para breve» em Julho e depois de novo em Dezembro — apenas vem a sair a público em 3 de Abril de 1923?!*

*Não vemos, de facto, outra hipótese plausível que não a existência, nos organismos confederais e na Editorial d'A Batalha, de uma vontade de silenciar ou de retardar a divulgação do livro de Neno Vasco, por muitas declarações solenes que se fizessem de ad-*



*miração pelo extinto. É apenas uma conjectura e que, evidentemente, não atinge todos os militantes indiscriminadamente que nessa altura dirigiam a CGT, mas apenas procura pôr em evidência as divisões e as relações de forças que então ali existiriam.*

*Uma última palavra queremos dizer acerca do postfácio que Adolfo Lima (A.L.) rubricou para a inconcluída Concepção Anarquista do Sindicalismo. Ao contrário de outra interpretação possível<sup>(41)</sup>, Adriano Botelho chamou pertinentemente a atenção para as incompatibilidades entre a doutrina expressa ao longo das páginas do livro e as conclusões que dele tira Adolfo Lima, «amigo e camarada» do autor, exprimindo mesmo a ideia de «ter sido preferível que o livro tivesse aparecido tal como Neno Vasco o deixara»<sup>(42)</sup>.*

*Com efeito, o autor da tese Organização Sindical Sindicalista mais não faz do que expor neste postfácio o resumo daquela tese (que atrás qualificamos de pan-sindicalista), com a particularidade de a considerar baseada nas ideias desenvolvidas por Neno Vasco — o que é, de facto, bastante constestável. Quando Adolfo Lima diz que «o sindicalismo é por essência, por ideal e por método ou tática, libertário» está de facto a enunciar a proposta que, «desde o berço», o anarquismo fez aos trabalhadores organizados, e não a analisar a realidade social. Quando ele critica o «dualismo» que admite que um proletário seja sindicalista no sindicato e republicano ou «papa-missas» cá fora, está contradizendo directamente palavras textuais de Neno Vasco no corpo do livro.*

*É pois com a sugestão de que este postfácio seja lido, mais como documento histórico, do que propriamente como conclusão do livro, que nós concluimos esta introdução, fazendo votos para que a sua leitura satisfaça a curiosidade do leitor interessado pela nossa história social e pelas teorias libertárias.*

*É fora de propósito fazer aqui uma biografia de Neno Vasco. Para além daquelas, resumidas, que já existem<sup>(43)</sup>, seria trabalho para uma investigação autónoma e aprofundada e nem sequer se justificaria ligada à reedição de apenas uma das suas obras.*

*Mas, ao pôr à disposição do leitor português dos anos 80 um li-*

*vro com o significado histórico da Conceção Anarquista do Sindicalismo, mal pareceria que lhe não fossem facultados alguns elementos sobre a vida, a personalidade e a acção militante do autor.*

*Uma das curiosidades da figura de Neno Vasco é o facto de ele, sendo português de origem e filiação, ser descendente de família emigrada para o Brasil e aí ter vivido, não só quando criança, mas sobretudo uma década da sua vida adulta, já plenamente empenhado na propaganda dos ideais anarquistas.*

*Com efeito, uma vez concluído em 1901 o curso de direito em Coimbra (onde, entre outros, foi amigo de Faria de Vasconcelos<sup>(44)</sup> e António Resende), Neno partiu para São Paulo, onde ficou até 1911. Já nessa altura é um culto e activo propagandista e escritor: dirigiu as publicações libertárias O Amigo do Povo, Terra Livre e Aurora e escreveu as peças de teatro A Greve dos Inquilinos e O Pecado de Simonia. Foi também neste período que Neno se relacionou com Malatesta, como com outros nomes grandes do anarquismo, graças à facilidade com que manejava várias línguas: inglês, francês, alemão, italiano e espanhol. Uma das áreas de uma futura pesquisa sobre a sua pessoa incluiria necessariamente a actividade desenvolvida na sua «década brasileira», bem como o papel relacionador de Neno Vasco no campo internacional, suas colaborações para outros países e obtenção de colaborações exteriores, e ainda o caso especial das relações entre Portugal e Brasil.*

*Entretanto Neno casara (civilmente, claro) em 1905 com Mercedes Moscovo, filha de emigrantes espanhóis estabelecidos, como o seu próprio pai, em São Paulo. Estas ligações familiares mostram idênticas localizações sociais (negociantes de estatuto burguês) e ideológicas. Senão vejamos: Mercedes «acompanha o marido nas ideias»; o cunhado Manuel Moscovo é um dos anarquistas notórios de S. Paulo, companheiro de Neno; a cunhada Carmen ligou-se ao anarquista espanhol António Orellana e ficou vivendo na cidade paulista; a cunhada Ângela Francisca veio com a família de Neno para Lisboa e aqui casou com o anarquista galego António Hernando, instalando-se depois em Buenos Aires; e finalmente a cunhada Aurora, que também viera para Lisboa, aqui se ligou de-*



finitivamente a Adriano Botelho, militante anarquista já várias vezes referido ao longo destas páginas.

Implantada a República em Portugal, é grande o desejo de Neno Vasco de regressar, o que faz em Abril de 1911. O seu nome era já conhecido das folhas libertárias, para onde enviava alguma colaboração. Mas a partir do dia em que se encontra instalado em Lisboa<sup>(45)</sup>, inverte-se naturalmente a situação: Neno passa a ser redactor assíduo d'A Aurora, apesar da distância<sup>(46)</sup>, tal como da revista A Sementeira; e é agora correspondente da imprensa brasileira afim, nomeadamente d'A Lanterna de São Paulo, d'A Guerra Social do Rio de Janeiro e d'O Diário de Porto Alegre.

É destes escritos que nasce o livro Da Porta da Europa<sup>(47)</sup>, interessantíssimo e arguto «posto de observação» sobre os acontecimentos políticos portugueses e europeus dos anos 1911-12.

Entre 1911 e 1920, tanto A Aurora como A Sementeira contêm uma inumerável colaboração sua, quer sob a sua própria assinatura, quer sob o pseudónimo de «Zeno Vaz», quer ainda não assinada, em editoriais e outros textos congéneres. E não esqueçamos as suas traduções de artigos, correspondência e obras estrangeiras.

Em 1912, é lançada, por Neno Vasco e Lima da Costa, a colecção «A Brochura Social» (por assinatura e sob o modelo das Publicações dos Temps Nouveaux), que apenas consegue editar duas obras. Mas a designação continua a servir ao grupo de que fazem parte, entre outros, Neno Vasco, Aurélio Quintanilha e Sobral de Campos, pelo menos até meados de 1914, quando o grupo desempenha um activo papel na Conferência Anarquista de Lisboa.

Entretanto houvera a arrojada experiência do semanário anarquista Terra Livre, dirigido por Pinto Quartim<sup>(48)</sup>. Arrojada, porque foi a tentativa mais séria para lançar em Lisboa um periódico de características ideológicas libertárias de curta periodicidade, isto é, que pudesse intervir sobre os acontecimentos, e não apenas comentá-los. Mas arrojada também porque cristalizou nele as iras governamentais e terminou poucos meses depois com a prisão e expulsão de Pinto Quartim — também ele um «brasileiro» — para as terras de Cabral. Neno Vasco, estando já entre os subscritores que lançaram o apelo inicial, aparece como fazendo parte do corpo re-

*dactorial do Terra Livre e aí assina vários artigos.*

*Outro relacionamento importante na vida de Neno foi com Emílio Costa. Colaborante até 1914 (por exemplo nas páginas d'A Sementeira, nos cursos dados aos jovens das Juventudes Sindicalistas ou mesmo nos Cursos d'O Germinal, inicialmente), essas relações vão degradar-se por motivo da guerra e da atitude de Emílio Costa, favorável à posição kropotkiniana de «resistência ao invasor militarista», enquanto que Neno se mantém partidário inflexível do «derrotismo revolucionário e fraternização dos combatentes» defendida tradicionalmente pelos anarquistas (e nesta conjuntura assumida emblematicamente por Malatesta). A quezília é dura entre A Autora do Porto (onde sempre colabora Neno), e Germinal, de Lisboa, órgão dos libertários «guerristas», dirigido por Emílio Costa, estendendo-se às relações pessoais dos dois notáveis militantes. Mas não é certo que fossem eles os interessados nessa degradação<sup>(49)</sup>.*

*Neno Vasco, segundo o testemunho unânime de todos os que conheceram, seria tudo menos um indivíduo que buscava pôr-se em evidência. Nunca vemos os seu nome anunciado em comícios ou conferências, em reuniões públicas ou orgânicas. É, sim, um escritor infatigável, um homem de contacto humano directo e também um intelectual ávido de aprender e ensinar.*

*Paredes adentro da sua casa, a timidez pública esvai-se para dar lugar ao espírito, à alegria, a uma vida íntima rica de amor e cultura em partilha franca com os seus próximos<sup>(50)</sup>. Do seu círculo de amigos fazem parte outros militantes conhecidos do movimento anarquista e da organização operária: Quintanilha, Alexandre Vieira, Quartim, Jorge Campelo, Alves Pereira, Hilário Marques, Sobral de Campos, Manuel Joaquim de Sousa, Adriano Botelho e outros. Mas se a propaganda e a organização seriam motivo de conversa habitual entre eles, seria apenas uma parte de uma convivência mais larga, culta e risonha, que passava pela música, o teatro, a literatura e as artes plásticas, os passeios e pic-nics, os jogos e brincadeiras com as crianças. Em tudo isto, Neno (tal era, igualmente, o tratamento de família) era o exemplo e a personificação*



de «*uma intensa vida espiritual a par duma refinada delicadeza moral*» (51).

*A estatura da sua personalidade ficou também vincada na actividade profissional, no seu ganha-pão. Conquanto fosse bacharel em direito sempre se recusou a fazer carreira no foro ou no tribunal, por a considerar incompatível com a sua maneira de ser e com as suas ideias. Apesar de origem e relacionamento sociais burgueses, nunca quis beneficiar disso para ascender, ou sequer facilitar a sua situação económica, bem como a de sua família. Deste modo, preferiu sempre ser empregado, tanto no Brasil como em Portugal, trabalhando como correspondente de línguas estrangeiras de empresas comerciais, onde passou por situações que igualmente atestam da rectidão do seu comportamento psíquico e moral.*

*O desfecho último da sua vida, uniu estreita e dramaticamente, como indicamos no início, o seu relacionamento íntimo e familiar com a obra Concepção Anarquista do Sindicalismo. Era como se, simbolicamente, duas facetas distintas mas inseparáveis de uma mesma sensibilidade, de uma mesma inteligência e vontade, se ligassem para sempre, oferecidas à meditação dos vindouros.*

Lisboa 1982.

João Freire

## NOTAS

(1) Dr. Nazianzeno de Vasconcelos (Neno Vasco): *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Lisboa, Secção Editorial de *A Batalha*, Calçada do Combro, 38-A, 2.º [1920] 1923, 166 p., 2\$00.

(2) Com este estatuto, poderemos considerar:

Silva Mendes: *Socialismo Libertário ou Anarchismo*, s.l., s.e., 1896, 269 p.

Ângelo Vaz: *Neo-Malthusianismo*, Porto, Escola Médico-Cirúrgica, 1902, 140 p.

Campos Lima: *O Estado e a Evolução do Direito*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1914, 414 p.

(3) Adriano Botelho: «Alguns Traços Biográficos de Neno Vasco», *A Ideia*, n.º 2, Novembro, 1974, pp. 12-17.

(4) A primeira brochura de Malatesta traduzida para português poderá ter sido *A Anarquia*, em 1895.

É importante também verificar que Silva Mendes, conquanto cite Malatesta no seu livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, apenas o faz de passagem, assinalando-o como um dos italianos da Internacional sem qualquer referência ao seu papel teórico.

(5) *A Aurora*, semanário, 4 séries, 397 números, 1910-1920.  
*A Sementeira*, mensário, 2 séries, 93 números, 1908-1919.

(6) Neno Vasco: «Sindicalismo e Anarquismo», *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 137, 138, 139, 140 e 142 (Março e Abril), 1913.

AV: *Almanaque de «A Aurora»*, Porto, Biblioteca do Grupo «Aurora Social», 1913, 142 p.

SA: «Os Anarquistas no Movimento Operário», *A Aurora*, 4.ª série, n.ºs 12, 13, 16 e 17 (Abril a Junho), 1917.

(7) Com este eufemismo, queria-se certamente justificar o emprego eventual de meios violentos, quando na perspectiva e na iminência da revolução social. Grave, Kropotkine, Malatesta e todos os outros maiores vultos do anarquismo comunista aprovaram a «propaganda pelo facto insurreccional», enquanto eram reservados ou mesmo hostis à «propaganda pelo facto individual».

(8) É patente como, nessa época, o *sindicalismo de officio* era ainda predominante, mas experimentava já certas dificuldades para se adaptar às novas formas



de organização do trabalho capitalista. A preocupação de passar à estruturação de um *sindicalismo de indústria*, embora contraditória, testemunha abonatoriamente dessa consciência.

(9) Conferência pronunciada em 31 de Dezembro de 1911 na inauguração da primeira Casa Sindical, o palácio Pombal, na Rua do Século n.º 85, em Lisboa.

(10) O primeiro texto foi reeditado pelas Edições Afrontamento em 1972.

(11) Leroy: *Les transformations de la puissance publique*, 1907.  
Dufour: *Le syndicalisme et la prochaine révolution*, 1913.

(12) Reproduzido, por exemplo, no livro de Manuel Joaquim de Sousa: *O Sindicalismo em Portugal*, 1931. Reedição, Porto, Afrontamento, 1972.

(13) Textos acessíveis, por exemplo, em [César Oliveira]: *O Congresso Sindicalista de 1911*, Porto, Afrontamento, 1971  
César Oliveira: *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973.

(14) «A *Sebenta* e a CGT. Jorge Yvetot, Secretário das Bolsas do Trabalho de França, Responde à Conferência do sr. dr. Afonso Costa», *Terra Livre*, Lisboa, n.º 2, 20.2.1913.

(15) *Terra Livre*, Lisboa, 24 números publicados (+ 1 sob título *O Protesto*), 1913.

(16) *O Sindicalista*, Lisboa, n.º 117, 23.2.1913.

(17) Ver também a troca de cartas e o envolvimento d'*A Capital*, em *A Aurora*, 2.ª série, n.º 166, 28.9.1913.

(18) Desta polémica (transcrita parcialmente, por exemplo, em Jean Maitron: *Ravachol et les anarchistes*, Paris, Juillard, 1964, e, sinteticamente, numa brochura de Freedom, *The International Anarchist Congress, Amsterdam, 1907*), foi publicado o texto de Malatesta: «Anarquismo e Sindicalismo», *A Sementeira*, n.ºs 60, 61 e 62 (Agosto a Outubro), 1916.

(19) *A Aurora*, 2.ª série, n.º 143, 20.4.1913.

(20) Por exemplo Jean Wintsch: «O Anarquismo Operário», *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 75, 31.12.1911; e 81, 11.2.1912.  
«A Conferência de Bertoni em Paris sobre *Os Sindicalistas e a Ideia de Revolu-*

ção», *A Sementeira*, n.ºs 24 e 25 (Agosto e Setembro), 1910.

Kropotkine: «Sindicalismo e Anarquismo», *A Sementeira*, n.º 50 (Dezembro), 1912; 51 e 52 (Janeiro e Fevereiro), 1913.

(21) *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200 e 203 (Março a Junho), 1914.

(22) Embora com algumas dificuldades, o movimento anarquista comunista estava tentando estruturar-se internacionalmente. Após o congresso francês de 1913 (que rompe muito duramente com os «individualistas»), o grande objectivo passa a ser a concretização dum congresso internacional, em Londres, no Verão de 1914. Este objectivo desencadeia processos semelhantes em vários países, entre os quais Portugal. É sabido como o início da guerra tornou impossível o congresso de Londres.

(23) *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 178 (Dezembro), 1913; 191 e 192 (Março), 1914.

(24) *Comuna Livre*, Coimbra, n.º 1, 13.10.1915.

Ver também *A Aurora*, 2.ª série, n.º 262 (Agosto), 1915.

*A Sementeira*, n.º 55 (Março), 1916.

(25) O relato do Congresso foi feito por *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 70 a 75, 1911.

(26) Os textos e relatos referentes a estas Conferências encontram-se em *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 200, 203, 204, 205, 206, 207, 209 e 210 (Maio a Agosto) 1914. E também em *Aurora*, Porto, n.os 5 a 8 (Janeiro a Abril), 1930. Estão igualmente transcritos, parcialmente, em Edgar Rodrigues: *Os Anarquistas e os Sindicatos*, Lisboa, Editora Sementeira, 1981.

(27) Futuro fundador e dirigente do Partido Comunista.

(28) Adriano Botelho confirma esta informação no artigo, firmado sob o pseudónimo «Um velho militante», intitulado «Associativismo», *Voz Anarquista*, Alameda, n.º 63 (Julho), 1982, referindo que era conhecido pelo Abreu Carvoeiro. Informa-me mais, em carta, que aquele se tornou mais tarde socialista reformista, arranjou emprego como fiscal na C.M.L. e chegou a perseguir vendedores ambulantes na Feira da Ladra.

(29) Intelectual anarquista — ainda vivo — ao tempo membro do Grupo «Brochura Social».

(30) *A Comuna* (jornal que sucedeu a *A Aurora*), Porto, 30.12.1923.



(31) *O Anarquista*, Lisboa, 9 números, Fevereiro-Agosto, 1926. Ver também, a propósito, o texto de Manuel Joaquim de Sousa, publicado em *Voz Anarquista* n.ºs 1 a 5 e 23 a 37, sob o título «Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante» — a ser proximamente editado em livro por A Regra do Jogo.

(32) *Vanguarda Operária*, 58 números, 1929-30.

*Germinal*, 4 números (?), 1929-30.

*Aurora*, 14 números, 1929-30.

*Terra e Liberdade*, 8 números, 1930-31.

(33) Todos eles militantes anarquistas ainda vivos, à data em que escrevo.

(34) *Aurora*, n.º 10, Junho, 1930.

(35) Emílio Costa: *Sindicalismo Independente*, Lisboa, Seara Nova, 1931, 177p.

(36) A F.O.R.A. — Federação Operária Regional Argentina — era um sindicato de ideologia anarquista ainda mais marcada que, por exemplo, a própria C.N.T. espanhola.

(37) *Aurora*, n.º 8, Abril, 1930.

(38) *Aurora*, n.º 10, Junho, 1930.

(39) Ver sobre este assunto João Freire: «A Sementeira do Arsenalista Hilário Marques», *Análise Social*, Lisboa, n.º 67/68/69, 1981.

(40) Ver o exemplo gritante da *Bandeira Vermelha*, órgão da F.M.P., quando da sua morte. Manuel Ribeiro tenta abertamente pôr Neno Vasco como um pró-bolchevista, apesar dos protestos de Manuel Joaquim de Sousa. Vide *Bandeira Vermelha*, Lisboa, n.ºs 48 e 49 (Setembro e Outubro), 1920.

(41) Jacinto Baptista, embora rapidamente, explicita esta opinião em «Neno Vasco Lembrado no Centenário do Nascimento», *O Jornal*, Lisboa, Fevereiro, 1978.

(42) *A Ideia*, n.º 2, Novembro, 1974.

(43) Adriano Botelho: «Neno Vasco» (Falecido em 15 de Setembro de 1920), in *Almanaque de «A Batalha» para 1926*, Lisboa, Secção Editorial de *A Batalha*, 1926, pp. 137-140.

SA: «Os Homens e as Ideias: Neno Vasco — 9-5-78 a 15-9-20», *Aurora*, Porto,

n.º 13, Setembro, 1930, pp. 11-12.

SA: «Nazianzeno de Vasconcelos», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 34, pp. 305-306.

Alexandre Vieira: «Dr. Nazianzeno de Vasconcelos» (correspondente de línguas estrangeiras e escritor), in *Figuras Gradadas do Movimento Social Português*, Lisboa, ed. autor, 1959, pp. 191-197.

Adriano Botelho: «Alguns Traços Biográficos de Neno Vasco», *A Ideia*, n.º 2, Novembro, 1974, pp. 12-17.

Jacinto Baptista: «Neno Vasco Lembrado no Centenário do Nascimento», *O Jornal*, Lisboa, Fevereiro, 1978.

João Freire: «Neno Vasco, Anarquista», *Diário Popular*, suplemento Letras & Artes, Lisboa, 2.10.1980.

Edgar Rodrigues: «Neno Vasco», in *A Oposição Libertária em Portugal (1939-1974)*, a publicar proximamente pela Editora Sementeira.

Indiquemos, por registo, que Neno Vasco nasceu em Penafiel a 9.5.1878 e faleceu em S. Romão de Coronado a 15.9.1920.

(44) Intelectual próximo dos anarquistas, foi mais tarde director do Instituto de Orientação Profissional.

(45) Provisoriamente no Dafundo e, depois, na Calçada do Poço dos Negros, a família Vasconcelos toma de arrendamento um apartamento na Rua da Penha de França n.º 98-2.º E.º em Lisboa, onde já vive em Outubro de 1911 e que não mais abandonará. Foi posteriormente, durante meio século, a residência de Adriano Botelho.

(46) Ver a interessante troca de correspondência com o director d'*A Aurora*, António Alves Pereira, publicada em *Aurora*, n.ºs 8, 10 e 12 (Abril, Junho e Agosto), 1930.

(47) Neno Vasco: *Da Porta da Europa*, Lisboa, Biblioteca Libertas, 1913, 288p.

(48) Sobre este periódico, pode ler-se o recente estudo de João Medina: «Um Semanário Anarquista Durante o Primeiro Governo Afonso Costa: *Terra Livre*», *Análise Social*, Lisboa, n.º 67/68/69, 1981. É sob a responsabilidade do *Terra Livre* que é publicado o folheto de Neno Vasco: *Geórgicas* (Ao Trabalhador Rural), que teve depois várias reedições.

(49) *Germinal*, 2 séries, 37 números, 1915-17. Vide também a biografia de Miguel Córdoba, escrita por Adriano Botelho, a publicar proximamente na revista *A Ideia*, e o papel que teria desempenhado Augusto Machado — então anarquista, futuro bolchevista — nessa «guerrilha».



(50) Entre os testemunhos orais dos seus familiares próximos, avulta o de sua filha Ondina de Vasconcelos (a única dos 4 filhos, que sobreviveu), concedido ao autor desta Introdução.

(51) Adriano Botelho: *A Ideia*, n.º 2, Novembro, 1974.